

Pedessistas querem ser ouvidos

Emílio Braga

O presidente do PDS, senador José Sarney, começou a ser solicitado desde a semana que passou por parlamentares de seu partido dispostos a serem ouvidos na formulação das respostas que oferecerá em seu discurso da próxima quarta-feira à proposta alternativa para a crise apresentada pelo PMDB, através de seu presidente Ulysses Guimarães.

Sarney nomeou uma comissão especial para estudar a proposta peemedebista, o que lhe dá a agilidade necessária para aprontar em tempo hábil seu discurso. A idéia de expressões isoladas do partido, como o senador Carlos Chiarelli, contudo, é ampliar o âmbito dessas consultas aumentando a representatividade da resposta pedessista e, mais do que isso, aproveitar a oportunidade para unir o PDS.

O senador pretende abordar esse problema amanhã num encontro com Sarney. Entende que a proposta do PMDB é válida pelo gesto em favor do entendimento nacional e particularmente por ter escolhido o PDS como o interlocutor das negociações e o Congresso como seu fórum. Isto credencia o PDS, valorizando-o num momento difícil, no qual se apresenta dividido e atropelado pela abertura democrática.

"Como a antiga Arena — explica — o PDS é um partido que surgiu dos gabinetes, com um propósito e uma missão definida de legitimar o poder. Agora, com a abertura, o partido continua apoiado na mesma estrutura já gasta, quando é ele que tem de se legitimar para manter o poder ou

se preparar para disputá-lo, o que não precisava fazer antes".

A reestruturação do PDS é necessária para sua sobrevivência e a sua sobrevivência é necessária para a democracia brasileira, conforme a observação do senador. Para se legitimar o partido precisa se unir e abrir luta contra a tecnocracia no poder. A proposta do PMDB, vista deste ângulo, oferece uma oportunidade rara para o PDS enfrentar esse desafio, e em política a perda de oportunidade é fatal.

E vendo o momento com esta gravidade que Chiarelli acredita que se Sarney não se limitar a colher subsídios da comissão que nomeou para dar a resposta ao PMDB, ampliando as consultas internas, inclusive a grupos rebeldes como o **Participação**, conseguirá unir o partido, como fez o próprio PMDB com a sua proposta. Para tanto porém, o PDS precisa dar uma resposta afirmativa, construir uma proposta realmente sua, sem deixar se influenciar pela tecnocracia do Executivo, justamente o que ele teme possa vir acontecer se Sarney se restringir à comissão que nomeou.

Num momento em que os militares dão visíveis sinais de cansaço, quando também os empresários estão insatisfeitos e o partido governista dividido, o governo parece se sustentar, se isolar e ser conduzido afinal pela sua tecnocracia. Diante deste quadro a proposta do PMDB parece ao senador dirigida principalmente contra a tecnocracia no poder, não se confrontando com o governo em si e muito menos com o PDS.

A resposta do PDS, portanto, não pode ser às avessas, inspirada

nas mesmas fontes da tecnocracia do poder, pois fatalmente irá acirrar os confrontos internos do partido, desunindo-o, e se colocará em termos de concorrências com o PMDB, hoje um aliado dependente do PDS. Segundo o senador a união da classe política no Congresso pode abrir-lhe o acesso ao poder. Obrigará o governo, enfraquecido na sua única base de sustentação — a tecnocracia — a negociar primeiramente com seu próprio partido. E quando o PDS conseguir esse acesso ao poder, estará aberto o caminho para toda a classe política.

Chiarelli pretende observar a Sarney opções concretas e objetivas a serem feitas na resposta do PDS que lhe permitirão não só um avanço em relação à proposta do PMDB mas acertar em cheio no alvo da luta contra a tecnocracia. E o caso da dívida externa no qual o PMDB se restringindo a propor a moratória não se colocou estrategicamente. A solução para este problemas está no discurso que o presidente Figueiredo fez na ONU. A dívida externa para ter solução definitiva precisaria contar com a mudança das relações internacionais entre países ricos e pobres, que impõe ao Brasil valores aviltados na troca de produtos e juros altíssimos.

A política externa orientada pelo Itamaraty foi superada pela tecnocracia do Ministério da Fazenda e do Banco Central que reconhecem uma necessidade de ajustamento do Brasil às atuais regras do jogo entre países ricos e pobres. A defesa do discurso do presidente Figueiredo na ONU abre a luta contra a tecnocracia. A dúvida é se a comissão nomeada por Sarney chegará a tanto.